

Justiça fará propostas a Cabral

De oito a dez ministros, quatro governadores, juízes, promotores, desembargadores, advogados e os presidentes do STF e TFR deverão participar da solenidade de sexta-feira em São Paulo, quando o relator do substitutivo da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), será homenageado pela congregação das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). No discurso que fará — depois da saudação do diretor-presidente da instituição, advogado Edevaldo Alves da Silva, — Bernardo Cabral agradecerá com um pronunciamento vigoroso defendendo as teses liberais e uma Constituição voltada para a justiça social com liberdade. O deputado pretende marcar uma posição antiestatizante favorável a um regime de economia de mercado.

Bernardo Cabral virá hoje a São Paulo para as festividades no Centro

Acadêmico XI de Agosto e, juntamente com o diretor-presidente da FMU, Edevaldo Alves da Silva, almorçará com o governador Orestes Quércia e aproveitará para se encontrar com representantes do Poder Judiciário. Na sexta-feira, o relator vai receber as propostas que a área do Judiciário está preparando como subsídio para constar do texto do seu substitutivo: é uma espécie de anteprojeto da nova Constituição, contendo as reivindicações do Poder Judiciário.

A comissão encarregada de organizar a homenagem de sexta-feira confirmou ontem que oito ministros já haviam respondido que estariam presentes à homenagem ao deputado, entre os quais os três da área militar: general Leônidas Pires Gonçalves (Exército), almirante Henrique Sabóia (Marinha) e o brigadeiro

Moreira Lima (Aeronáutica). Além de ministros, quatro governadores deverão prestigiar o deputado: Amazonino Mendes (Amazonas), Moreira Franco (Rio de Janeiro), Newton Cardoso (Minas Gerais) e Orestes Quércia (São Paulo).

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também confirmou sua participação na festa, devendo presidir parte dela. Edevaldo Alves da Silva abre os trabalhos, faz o discurso de saudação, entrega as reivindicações do Poder Judiciário e passa o restante das solenidades ao comando de Ulysses Guimarães.

Ontem de manhã, houve uma reunião, na FMU, de professores, juízes e desembargadores, tendo como convidados especiais o desembargador Odyr Porto, presidente da Associação Paulista de Magistrados, e o

juiz João Gomes Martins Filho, presidente nacional da Associação de Magistrados Federais, com o objetivo de reunir subsídios da área do Poder Judiciário, a serem entregues ao relator no dia da homenagem. Ao todo, entre juízes e desembargadores, participaram do encontro de ontem 26 representantes do Judiciário. Ficou decidido também que amanhã, a partir das 9 horas, haverá outra reunião para elaborar o documento final. Edevaldo Alves da Silva nomeou uma comissão para redigir o anteprojeto que será encaminhado a Cabral, constituída dos desembargadores Odyr Porto e Luiz Tampara, dos juízes federais Márcio de Novaes e João Gomes Martins Filho, do procurador-geral da República, Célio Benevides de Carvalho, e dos professores de Direito Jamil Mattar e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ex-vice-governador de São Paulo.

São Paulo exige representação maior

O governador Orestes Quércia e o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, reúnem-se hoje, no Palácio dos Bandeirantes, para discutir as propostas de emendas do governo paulista ao atual projeto de Constituição. O documento, ontem ainda em fase final de redação, propõe a fixação de parâmetros para os vencimentos dos funcionários públicos e o aumento do número de deputados federais de São Paulo na Câmara, entre outros itens.

As propostas são redigidas pelos

juristas Adilson Dallari, Celso Bandeira de Mello, Eros Grau e Geraldo Ataliba, assessores da bancada federal paulista na Assembléia Constituinte. A discussão do documento, durante almoço na ala residencial do Palácio, contará com a presença dos quatro juristas.

Apesar de serem encaminhadas por São Paulo, as propostas "foram discutidas e aprovadas pelos demais governadores do PMDB", disse Quércia, que estariam "de pleno acordo" com o documento. "Concordamos com a necessidade de modifi-

cação do atual projeto que, se ficar do jeito que está, vai criar uma situação insustentável para os municípios, estados e mesmo para a União, no que diz respeito aos servidores", observou o governador paulista.

"Queremos que a paridade de vencimento seja fixada a partir das decisões do Executivo e não dos poderes do Judiciário ou do Legislativo, o que acabaria provocando problemas para o Estado honrar a folha de pagamentos", disse Quércia. A outra proposta a ser apresentada ho-

je a Bernardo Cabral refere-se ao aumento de 60 para 80 deputados federais por São Paulo na Câmara.

Quércia também pretende propor que a fixação do número de cadeiras nas câmaras municipais seja feita pelas assembleias legislativas, quando da elaboração das constituições estaduais. Quer, ainda, alterar a proposta constitucional que prevê a participação de 50% dos funcionários nas decisões das empresas públicas, reduzindo-a para apenas um representante do funcionalismo na direção de cada empresa pública.